



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

Oficinas Territoriais

Pará

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

2. OFICINAS TERRITORIAIS REALIZADAS NO PARÁ

2.1. MISSÃO TÉCNICA PRELIMINAR

No Pará, a missão técnica foi realizada no período de 07 a 11 de abril de 2025. As atividades ocorreram nas cidades de Santarém, Óbidos e Oriximiná com apoio da Secretaria Regional do Baixo Amazonas. A agenda da semana foi organizada da seguinte forma:

PERÍODO	SEG 07/04	TER 08/04	QUA 09/04	QUI 10/04	SEX 11/04
Manhã	Chegada em Santarém	9h Reunião com Secretaria de Governo Regional do Baixo Amazonas, APEPARÁ, SEDAP, SEMAS, IDEFLOR-BIO e Delegacia Especializada de crimes agrários.	Visita ao município de Óbidos. 9h Reunião representantes da prefeitura de Óbidos.	9h- Reunião com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná. 10h30 - Reunião com Secretaria Municipal de Planejamento de Oriximiná	9h -Reunião em formato Online com Secretaria Municipal de Assistência Social de Santarém. 10h- Reunião em formato online com FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará
Tarde	15h Reunião com Secretaria Regional do Baixo Amazonas	19h - Reunião com UFOPA- NEICAM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca).	14h- Reunião online com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Óbidos (ARQMOB) 15h - Reunião com Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucá. 17h - Reunião com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)	Retorno à Santarém.	15h- Reunião com MOPEBAM - Movimento dos Pescadores Artesanais do Baixo Amazonas e com SAPOPEMA- Sociedade para pesquisa e proteção do Meio Ambiente

Os relatos das atividades realizadas no Pará podem ser acessados no **Anexo 4** deste produto.

2.2. DESAFIOS E POTENCIALIDADES

A partir do diagnóstico técnico e das reuniões realizadas com representantes locais no âmbito das missões técnicas, foi elaborado uma síntese de principais desafios e oportunidades identificados no estado. O material elaborado foi levado para as oficinas de planejamento territorial e disponibilizado aos participantes, a fim de gerar insumos para o debate nas atividades.

Com o objetivo de contribuir com as Oficinas, foi enviado previamente um formulário aos atores convidados para as atividades, a fim de colher considerações, contribuições ou correções dos participantes sobre os principais desafios e potencialidades da região. Os participantes que responderam apenas confirmaram que concordavam com os principais desafios e potencialidades apresentados.

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

- **Obras de infraestrutura e exploração mineral nos países vizinhos (Guiana e Suriname)**, o que tem pressionado territórios indígenas e representam ameaças aos modos de vida tradicionais.
- **Falta de agilidade na estrutura legal e institucional** para conduzir processos de ordenamento territorial, bem como instrumentos técnicos mais atualizados que considerem as especificidades culturais e territoriais de populações tradicionais.
- **Intensificação dos eventos climáticos**: Municípios da faixa de fronteira do Pará apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e enxurradas. Alenquer e Óbidos apresentam situações críticas, com risco muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos de terras. (Fonte: Adapta Brasil, 2022)
- **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos**: de acordo com os critérios do PPA 2024–

2027 e do ICM/SEDEC (2025), Municípios como Oriximiná e Alenquer possuem baixa capacidade de implementação de ações e arcabouço institucional relativo aos eventos de seca.

- **Emissões de gases de efeito estufa**: a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.

Principais potencialidades

- **Toda a faixa de fronteira do Pará é formada por TIs e UCs**, o que constitui base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.
- **Áreas remotas**: isolamento de determinadas regiões cumpre papel de proteção socioambiental da fronteira, exigindo que o planejamento e os investimentos de infraestrutura sejam feitos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a diversidade local.

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o desenvolvimento

Principais desafios

- **Dificuldades de deslocamento:** as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos, agravada pela sazonalidade das chuvas e pelo isolamento geográfico, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.
- **Vetores de pressão das infraestruturas sobre áreas protegidas:** mesmo fora do recorte da faixa de fronteira, rodovias como a PA-254 funcionam como vetores de pressão, facilitando ocupações irregulares e evidenciando a necessidade de maior articulação entre planejamento territorial e infraestrutura.
- **Ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização:** o que limita ações estruturantes, a fiscalização ambiental e o apoio técnico ao desenvolvimento sustentável. No caso da FUNAI, embora haja atuação em campo, essa ocorre de forma isolada e com estrutura sobrecarregada, dificultando respostas

adequadas em contextos complexos.

- **Inexistência de hospitais regionais descentralizados,** o que dificulta o acesso à saúde especializada nas áreas remotas da fronteira, já que os serviços de maior complexidade estão concentrados em Santarém, polo regional.

Principais potencialidades

- **Projetos de integração regional, como a inclusão do Pará na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** ainda que de forma tangencial, esses projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.
- **Iniciativas de implantação de usinas fotovoltaicas,** com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim.

Eixo Temático 3: Fomento às atividades produtivas sustentáveis e inclusão social

Principais desafios

- **Ausência de regularização fundiária e acesso restrito a crédito, assistência técnica e fomento**, o que impede que povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares e extrativistas fortaleçam suas atividades produtivas, perpetuando desigualdades sociais e territoriais.
- **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** acentuando a dependência de atravessadores, limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.
- **Precariedade na infraestrutura produtiva**: falta de equipamentos, energia instável, armazenamento inadequado e entraves na regularização sanitária e comercial - afeta especialmente a cadeia da castanha-do-pará e outras atividades da sociobiodiversidade.

Principais potencialidades

- **Presença de universidades com UFPA e UFOPA**, com campi descentralizados e projetos de extensão universitária na região do Baixo Amazonas com potencial de apoiar o

desenvolvimento regional por meio da educação superior, gerar conhecimento local e promover pesquisas voltadas às especificidades amazônicas.

- **Diversidade de práticas produtivas sustentáveis**, com potencial para geração de renda e conservação ambiental, como pesca artesanal, agricultura agroecológica, extrativismo, artesanato, arte, gastronomia indígena e quilombola.
- **Produção da castanha-do-pará como uma das principais cadeias da sociobiodiversidade local**, com potencial para geração de renda, fortalecimento das práticas extrativistas e desenvolvimento sustentável no oeste paraense.
- **Potencial para fortalecimento de atividades de ecoturismo** no oeste do Pará, como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.
- **Adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs)**: Programa PROSAF (Programa de Sistemas Agroflorestais) representa iniciativa estratégica para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da geração de renda no estado.

Eixo Temático 4: Povos indígenas e comunidades tradicionais

Principais desafios

- **Baixo reconhecimento da contribuição das comunidades indígenas e tradicionais** para a segurança alimentar e a conservação ambiental, resultando em invisibilização de práticas sustentáveis já consolidadas.
- **Fragilidade na demarcação e reconhecimento formal dos territórios indígenas e tradicionais**, o que contribui para conflitos fundiários e insegurança territorial.
- **Avanço de propostas de integração com países vizinhos, como Guiana e Suriname**, pode representar ameaça aos povos indígenas e modos de vida tradicionais, ao abrir caminho para grandes obras de infraestrutura e exploração mineral em uma região marcada por alta concentração de recursos naturais e intensos interesses econômicos.
- **Sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas**, dificultando o acesso e a permanência dessas comunidades.

Principais potencialidades

- **Forte presença de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) sobre o uso sustentável do território**, que contribuem para práticas sustentáveis e podem orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.
- **Existência de redes articuladas de organizações da sociedade civil**: Organização de coletivos, associações e grupos indígenas e quilombolas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

- **Violência associada a conflitos territoriais na fronteira Pará-Amapá (imediações de Almeirim com Laranjal do Jari)** com impactos sociais e econômicos, ligados a disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo e migração desordenada.
- **Déficit de equipamentos e serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social**, agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.
- **Pressão sobre os serviços públicos urbanos, sobretudo em Santarém**, onde a ampliação dos fluxos migratórios gera sobrecarga nos sistemas de saúde,

segurança pública, assistência social e habitação, com efeitos concentrados nas periferias urbanas.

Principais potencialidades

- **Existência da Base Integrada Fluvial Candiru, localizada em Óbidos**, representa iniciativa estratégica para fortalecer a segurança pública na região.
- **Existência do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Tiriós**, na fronteira do Suriname, com atuação no combate aos ilícitos transfronteiriços, em articulação com a FAB e SESAI.
- **Diversificação crescente do perfil migratório no estado**, com potencial de fortalecer políticas públicas de integração multicultural e ampliar a inserção social e econômica de diferentes grupos de migrantes.

2.3. OFICINAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

As oficinas do Pará foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Município	Data	Endereço
Santarém	02 de setembro de 2025	Auditório da Secretaria de Governo do Baixo Amazonas
Oriximiná	04 de setembro de 2025	Auditório da UFOPA, Rodovia PA 439, N° 257

2.3.1. OFICINA EM SANTARÉM

Número de participantes: 23 participantes (A lista de presença dos participantes consta no **Anexo 4** deste produto)

Mediadores do IBAM:

- Louise Storni - Assessoria Técnica do IBAM
- Fernanda Ferreira - Consultora Técnica do IBAM
- Solange Oliveira - Consultora Local do IBAM no Pará

Mediadores externos:

- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Edson Santiago - Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira,
- Jorgiene Oliveira - Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
- Claudio Puty - pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Professor de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Relato da Plenária inicial - Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

A mesa de abertura contou com representantes do governo federal, estadual e municipal, além do setor produtivo (SEBRAE e FIEPA), refletindo a diversidade de instituições envolvidas.

Na mesa de abertura, foi ressaltada a diversidade territorial, social e cultural da região amazônica e a necessidade de que qualquer planejamento leve em consideração a pluralidade de povos e realidades locais, incluindo indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e também atores urbanos. Destacou-se a importância da escuta ampla e da construção coletiva de uma carteira de projetos que atenda às especificidades

regionais. Foi enfatizada a importância da presença dos governos federal e estadual nos territórios, apontando desafios como infraestrutura, transporte escolar e isolamento da região. Em uma das falas, mencionou-se o contexto político favorável para avanços em políticas públicas e a urgência de obras de integração rodoviária entre os estados do Pará e Amapá, como a ligação entre a BR-156 e a PA-254.

Foram relatadas, ainda, ações voltadas ao fortalecimento de pequenos negócios e da bioeconomia na Região de Integração do Baixo Amazonas, incluindo projetos de incubação de empresas sustentáveis e iniciativas para agricultura familiar, além de desafios ligados à infraestrutura e à incorporação da agenda climática no desenvolvimento local.

O setor industrial destacou a necessidade de enfrentar os problemas de regularização fundiária, que impactam diretamente as atividades produtivas, reforçando a relevância da soberania nacional sobre a Amazônia e a presença de gestores municipais nos espaços de planejamento. Também foi apresentado o alinhamento entre o planejamento estratégico de longo prazo do governo estadual e a construção participativa dos Planos de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, com ênfase na retomada das escutas sociais como método de planejamento democrático. Ressaltou-se ainda o papel das secretarias regionais como articuladoras entre municípios, estado e governo federal, e a importância de diagnósticos participativos para a efetividade das políticas públicas e a integração regional.

Também se recordou o marco da Declaração de Brasília, que lançou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ressaltando o potencial estratégico da integração especialmente nas fronteiras amazônicas, onde os fluxos comerciais ainda são incipientes, e a necessidade de ampliar relações produtivas com os países vizinhos, considerando tanto a segurança quanto o desenvolvimento sustentável.

Em seguida, foram apresentados dados do diagnóstico sobre a situação da Faixa de Fronteira de Rondônia, conforme documentado no Produto 1 da consultoria, abrindo-se espaço para complementações com foco nos desafios e potencialidades identificados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 6** deste relatório.

Na sequência, os participantes foram convidados a um coffee break, e a oficina prosseguiu com grupos temáticos voltados à construção coletiva de propostas, cujos resultados foram apresentados e debatidos em plenária, com espaço para complementações. Cabe registrar que, embora a metodologia original previsse um dia completo de atividades, a oficina foi adaptada para meio período, de forma planejada, em atenção ao perfil do público, sem prejuízo da consistência e qualidade dos resultados obtidos.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

Os participantes se organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Atualização do Programa Terra Legal e emissão de títulos	Todos os municípios atendidos pelo PRDA	MDA, INCRA, Prefeituras
Concurso público direcionado para a SR-30	Santarém e demais municípios da Faixa de Fronteira	MGI, MDS, MMA, INCRA
Operacionalização dos créditos iniciais dos assentamentos	Assentamentos de Santarém e demais municípios da F.F.	MDA e INCRA

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Interligar a BR-156 Sul com a PA-254	Municípios da Faixa de Fronteira	Municípios da Faixa de Fronteira
Concluir a pavimentação da PA-254		
Reativar portos (CPH, DNIT, CDP)		
Programa para recuperação das vicinais (Governo Federal e Estadual)		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Ação integrada c/ manejo / agricultura familiar aliado com a sociobioeconomia	Municípios da Faixa de Fronteira	
Fortalecer pesquisa e inovação		
Apoiar a ECOSOL		
Execução do PRDA e do PA 2050		
Fortalecer programas de ATER		

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Criar um edital que priorize o manejo florestal com unidade sustentável / rastreabilidade		Municípios da Faixa de Fronteira
Reativar as agroindústrias existentes		

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Sistema permanente de monitoramento e proteção de terras indígenas e comunidades tradicionais em risco	Municípios da Faixa de Fronteira	Exército, Polícias, Funai, INPE
Captação e tratamento da água para consumo de comunidades ribeirinhas e isoladas	Santarém e municípios da Faixa de Fronteira	MME, MDS, MMA e IFPD
Sistema de energia alternativa para terras indígenas, várzea, e comunidades isoladas/áreas remotas	Santarém e municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, IBGE, MDS, MMA, Funai, Prefeituras

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumentar a presença das forças de segurança na região de fronteira	Municípios da Faixa de Fronteira	Forças armadas, Polícia
Ampliar bases fluviais interagências e territoriais		

Relato da Plenária final da oficina de Santarém:

Na plenária final, os grupos apresentaram suas propostas, que contemplaram os diferentes eixos temáticos da oficina. Entre os destaques, o grupo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática ressaltou a necessidade de criação de um sistema de energia alternativa para comunidades em áreas remotas, bem como a realização de concursos públicos específicos para suprir a carência de profissionais nos municípios da região. Foi observado que os últimos concursos não conseguiram assegurar a permanência dos aprovados na Superintendência Regional de Santarém, motivo pelo qual se defendeu a elaboração de um plano de carreiras voltado à realidade regional. Também foi indicada a necessidade de efetivar créditos iniciais para assentamentos antigos que ainda não tiveram acesso a essa modalidade de política pública.

No eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, foi proposta a implementação de um sistema permanente de monitoramento e proteção, em articulação com diferentes órgãos, além da ampliação do acesso à água potável para comunidades ribeirinhas e isoladas (de campo, floresta e várzea), tanto para dessedentação humana e animal, fortalecimento da segurança alimentar e mitigação dos efeitos de eventos climáticos, como secas, que têm afetado significativamente a produção regional.

Na área de Integração Regional, Migrações e Segurança, destacou-se a urgência de ampliar a presença das forças de segurança nas fronteiras e de fortalecer bases fluviais interagências, considerando que os presentes relataram viver em territórios ameaçados pela grilagem de terras, pela exploração ilegal de madeira e pelos garimpos. Já no eixo de Infraestrutura para o Desenvolvimento, as prioridades foram a interligação da BR-156 Sul com a PA-254, a conclusão da pavimentação da PA-254, a reativação de portos anteriormente existentes e hoje desativados, e a criação de um programa de recuperação e conservação de estradas vicinais, em parceria com os governos estadual e federal em articulação com os municípios.

Quanto ao Fomento das Atividades Produtivas Sustentáveis, foram sugeridas ações integradas de manejo com a agricultura familiar, fortalecimento da pesquisa e inovação, apoio à economia solidária, execução dos planos estratégicos já existentes (PRDA e Pará 2050), criação de editais que priorizem o manejo florestal sustentável, fortalecimento da assistência técnica e reativação de agroindústrias locais.

Além disso, os grupos reforçaram a importância de alinhar as novas propostas com planejamentos estadual e federal já existentes, como o Pará 2050 e o PRDA, para garantir coerência e continuidade, e destacaram a necessidade de assegurar infraestrutura estratégica (estradas, portos, aeroportos) acompanhada de medidas de ordenamento territorial e de manejo ambiental responsável em seus entornos. Também destacaram a importância de fortalecer as iniciativas de economia solidária já existentes na região, que têm contribuído para ampliar o acesso de algumas comunidades ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, cabe registrar que a oficina foi realizada em Santarém, cidade não fronteiriça, mas que funciona como polo regional, reunindo as principais instituições com atuação territorial e facilitando o acesso de participantes vindos de municípios como Almeirim e Alenquer. Observou-se ainda que, pela experiência prévia dos presentes em processos de discussão de planos abrangentes e de leitura ampliada do território, algumas propostas foram formuladas em perspectiva mais ampla que o recorte legal da faixa de fronteira, o que reflete a vivência regional e a importância da mediação entre as diferentes escalas de planejamento territorial.

Registros Fotográficos da Oficina de Santarém:

Mesa de abertura e Coffee-break



Debates - grupos temáticos



Registro Final da atividade



Fotos: IBAM

2.3.2. OFICINA EM ORIXIMINÁ

Número de participantes: 46 participantes

Mediadores do IBAM:

- Louise Storni - Assessoria Técnica do IBAM
- Fernanda Ferreira – Consultora Técnica do IBAM
- Solange Oliveira – Consultora Local do IBAM no Pará

Mediadores externos:

- Wallace Vitor - Consultor Técnico do MIDR
- Luciana Mendonça - Consultora Técnica do MIDR
- Edson Santiago - Assessor Técnico GSI/PR, da Coordenação de Assuntos de Fronteira,
-

Relato da Plenária inicial – Abertura e discussão e complementação dos Desafios e Potencialidades

O encontro teve início com a equipe do IBAM convidando representantes federais, estaduais e municipais para compor a mesa de abertura, na qual foi ressaltado que o território da faixa de fronteira do Pará é marcado pela presença expressiva de áreas protegidas — florestas nacionais e estaduais, reservas biológicas, terras indígenas e quilombolas — que abrigam dezenas de agrupamentos indígenas, territórios quilombolas e centenas de comunidades ribeirinhas.

Após a mesa de abertura, a equipe do IBAM realizou uma apresentação sobre a pesquisa diagnóstica desenvolvida na primeira fase do trabalho, e, em seguida, os participantes foram convidados a contribuir em plenária após a exposição dos dados. A apresentação pode ser consultada no **Anexo 3** deste relatório.

Foi ressaltado que, embora apenas uma pequena parcela do território esteja sob gestão municipal direta de Oriximiná, as demandas em saúde, educação, infraestrutura e serviços recaem sobre a prefeitura, que não dispõe de condições para arcar sozinha com tais responsabilidades. Destacou-se a necessidade de maior apoio da União e do Estado, bem como de soluções que conciliem a gestão ambiental ao desenvolvimento sustentável regional e à valorização das populações tradicionais.

Também foram apontados entraves como a demora na liberação de licenças ambientais e nos processos de regularização fundiária, que afetam tanto comunidades quanto os empreendimentos econômicos, comprometendo a arrecadação e o desenvolvimento.

Outro ponto destacado foi o compromisso de transformar a riqueza ambiental em oportunidades de desenvolvimento humano, econômico e social, respeitando a biodiversidade e as culturas locais, ao mesmo tempo em que se ressaltou a especificidade de Oriximiná, limitada por extensas áreas de preservação, o que exige soluções

diferenciadas e construídas em diálogo com indígenas, quilombolas e a sociedade civil. Nesse contexto, foi mencionada a criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Oeste do Amapá e Norte do Pará, um arranjo que busca integrar unidades de conservação federais, estaduais e municipais, com foco na gestão participativa.

Foi observada, contudo, a dificuldade de reunir órgãos governamentais para tratar da questão da segurança nas fronteiras, apesar da dimensão do território e dos desafios ligados à ausência de regularização fundiária. O Mosaico foi apontado como estratégia para integrar agricultores familiares, comunidades tradicionais e assentamentos, promovendo segurança territorial e inclusão social, desde que articulado com instituições responsáveis e evitando sobreposição de políticas públicas.

Também foi relatada a recorrência de secas intensas nos últimos anos, com graves impactos sociais, econômicos e ambientais, como a escassez de água potável, a perda de safras, a morte de animais e dificuldades de transporte e abastecimento. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas permanentes de prevenção e mitigação, com alternativas de acesso à água, segurança alimentar e fortalecimento das cadeias produtivas locais. Além disso, foram levantados problemas como a ausência de alguns municípios no diagnóstico inicial, as pressões do desmatamento, da exploração madeireira e do narcotráfico, bem como as dificuldades de deslocamento decorrentes da precariedade da infraestrutura rodoviária.

Outro tema recorrente foi a regularização fundiária, apontada como entrave central que gera insegurança jurídica, dificulta investimentos e impede o acesso das famílias a políticas públicas e linhas de financiamento. Também foi mencionada a falta de atenção às comunidades localizadas em florestas estaduais e nacionais, muitas vezes pouco contempladas nas políticas de desenvolvimento. O isolamento de comunidades rurais e os impactos das secas recentes, que dificultaram inclusive o acesso às sedes municipais, foram citados como exemplos da vulnerabilidade local. Nesse sentido, foi defendida a necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, associadas a suporte técnico e planejamento para garantir resultados efetivos em programas de agricultura familiar.

A fragilidade institucional de órgãos como o INCRA foi apontada como um dos principais fatores que limitam a efetividade da regularização fundiária. Foi ressaltada a importância de que arranjos como o Mosaico de Áreas Protegidas se convertam em instrumentos reais de fortalecimento institucional e de articulação intersetorial. Além disso, destacou-se a necessidade de fomentar soluções em energia renovável, como a solar, ainda pouco viáveis devido a barreiras institucionais e custos elevados.

As demandas da agricultura familiar também foram apontadas, incluindo a revisão ocupacional de assentamentos, a necessidade de manutenção de estradas vicinais, a melhoria dos transportes para áreas rurais e a criação de infraestrutura para armazenamento da produção, a fim de reduzir a dependência de atravessadores.

Representantes indígenas reforçaram a preocupação com a proteção dos territórios, ameaçados pela proximidade com fronteiras internacionais. Destacou-se a necessidade de postos de vigilância e do fortalecimento da parceria entre comunidades e órgãos governamentais, ressaltando que o protagonismo das comunidades deve ser acompanhado de apoio estrutural e financeiro do Estado. Foram apontadas ainda fragilidades da Funai, que carece de veículos e embarcações para assegurar a proteção territorial, além de preocupações com práticas ilegais como garimpo e turismo predatório.

Discussão em grupos – Formulação de Ações Prioritárias

No período da tarde, os participantes foram organizados em grupos, com base nos cinco eixos de trabalho. A seguir apresenta-se a sistematização das propostas de ação trabalhadas por cada grupo.

Eixo 1 - Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Plano de proteção e fiscalização - com a participação dos órgãos fiscalizadores de forma articulada e integrada	Municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS, Prefeituras e comunidades.
Criação do comitê transfronteiriço de discussão de proteção ambiental	Brasil, Suriname e Guiana	Brasil, Suriname, Guianas, MRE / MIDR.
Criação do consórcio municipal de monitoramento ambiental	5 municípios da Faixa de Fronteira	Prefeituras dos 5 municípios, órgãos de segurança e INPE.
Criação de brigadas comunitárias p/ combater incêndios	Municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS, Prefeituras e comunidades.
Criação de sist. abastecimento de água potável p/ comunidades isoladas alimentados por energia solar (várzea/terra firme)	Municípios Faixa de Fronteira	Órgãos de demanda (GOV. FED., EST., MUNIC.)
Promover regularização de PCT's	Todos PCT's	ICMBio, Funai, Ibama, SEMAS.

Eixo 2 - Infraestrutura para o Desenvolvimento

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Adaptar à infraestrutura portuária para receber balsas maiores e facilitar as atividades de fiscalização/control de passageiros/cargas	Municípios da Faixa de Fronteira Paraense	SENASP → Secretaria Nacional de Segurança Pública
Finalizar/concluir obras da PA-254		MJSP → Ministério da Justiça e Segurança Pública
Criação de plano de mobilidade emergencial em casos de eventos extremos (ex.: secas severas)		

Eixo 3 - Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Licenças ambientais acessíveis em órgãos municipais e federais.	Territórios fronteiriços	IBAMA, SEMAS, MMA, SEMMA, ICMBio
Cidadania / Agroindústria para agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.		MDA, MDS, Governo do Estado
Capacitação em associativismo e cooperativismo.		MMA, SENAR, SENAI, SENAC, EMATER, FIEPA, SEBRAE
Acesso a editais valorizando as entidades locais.		MDA, Governo do Estado, INCRA, ANATE, MIDR, Fundo Constitucional
ATER contínua com trabalho diferenciado para povos e comunidades tradicionais.		MPI, Governo do Estado, MDA, MPESCA, MIDR
Acesso ao crédito rural e inclusão financeira, com linha de crédito para artesãos e pescadores		ICMBio, MMA, Ministério do Planejamento, Secretaria-Geral da Presidência

Eixo 4 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Executar a proteção de áreas protegidas	<p>8 calhas de rios: Rio Trombetas, Rio Cachorro, Rio Nhamundá, Rio Mapuera, Rio Cuminá, Rio Acapu, Rio Erepecuru, Rio Ariramba, Rio Amazonas</p>	
Falta de políticas públicas e infraestrutura em + de 30 aldeias/quilombos / 2 calhas de rios		
Educação: liberar o funcionamento do ensino médio e técnico / ameaças de garimpeiros, madeireiros / tráfico de drogas (insegurança todos)		
Transporte e beneficiamento da produção. Fortalecer a articulação dos povos		
COOPAFLORA - Fortalecer cooperativismo		
Racismo institucional (tratamentos institucionais desiguais), / órgãos de fiscalização		
Fortalecer o INCRA/ITERPA. Desengavetar processos de regularização / REBIO Trombetas e Floresta Nacional Saracá-Taquera (regularização. fundiária x UC). Escorar a produção (castanha)		
Identificar povos da Amazônia (Quilombolas, Indígenas, ribeirinhos, Agricultura Familiar)		
Fortalecer o cooperativismo / associativismo / economia solidária		
Necessidade de fiscalização das irregularidades das mineradoras		

Eixo 5 - Integração Regional, Migrações e Segurança

OBJETO	TERRITÓRIOS	PARTES INTERESSADAS
Aumentar os meios para prover maior segurança às comunidades tradicionais, ribeirinhas, etc. e a presença do Estado nas áreas de fronteira e terras protegidas	Municípios da Faixa de Fronteira Paraense	SENASP → Secretaria Nacional de Segurança Pública
Reconhecimento da GMM em Oriximiná, para receber mais equipamentos e efetivo para Equipe PM-PA		MJSP → Ministério da Justiça e Segurança Pública
Criação da unidade militar (Exército) em Oriximiná		

Relato da Plenária final da oficina de Oriximiná:

Na plenária final da oficina, os grupos apresentaram um conjunto de propostas que refletiram os principais desafios e prioridades para a região da Calha Norte. No Eixo de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática, entre os pontos levantados, destacou-se a criação de um Comitê Transfronteiriço de Proteção Ambiental, voltado ao diálogo entre Brasil e países vizinhos, como Guiana e Suriname, para enfrentar conjuntamente problemas relacionados à contaminação da água e à degradação ambiental. Essa proposta foi considerada fundamental diante da realidade dos povos indígenas, cujas comunidades estão distribuídas em ambos os lados da fronteira e não reconhecem os limites geopolíticos formais.

Outro tema recorrente foi a regularização fundiária, especialmente para povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos e outros grupos sociais, que frequentemente vivem em áreas sobrepostas por unidades de conservação. A insegurança jurídica gerada por essa sobreposição ameaça modos de vida consolidados e exige ações urgentes de reconhecimento e titulação. Ainda no campo da proteção ambiental, sugeriu-se ainda a criação de brigadas comunitárias de combate a incêndios e de um consórcio intermunicipal de monitoramento, com uso de imagens de satélite em tempo real, a fim de prevenir desmatamentos, queimadas e poluição hídrica. Os participantes também apontaram a necessidade de garantir sistemas de abastecimento de água potável e energia solar para comunidades isoladas, aproveitando recursos de fundos florestais e municipais.

No eixo da Infraestrutura para o desenvolvimento, foi enfatizada a necessidade de conclusão da pavimentação da PA-254, a melhoria da infraestrutura portuária para atender de forma adequada às necessidades das embarcações de transporte de passageiros e cargas, além da formulação de um plano de mobilidade emergencial para responder a eventos climáticos extremos, como secas e cheias, que têm afetado severamente a produção agrícola, o transporte e a sobrevivência das populações ribeirinhas.

No eixo de Integração Regional, Migrações e Segurança, a segurança e a presença do Estado nas áreas de fronteira foram consideradas prioritárias, incluindo o fortalecimento da Polícia Militar, das Guardas Municipais e dos órgãos de fiscalização ambiental, além da possibilidade de instalação de uma unidade militar permanente em Oriximiná, dada sua posição estratégica.

No eixo do Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, os presentes defenderam o apoio às agroindústrias comunitárias para à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, capacitação em cooperativismo e ao associativismo, o incentivo à ampliação do acesso a editais e linhas de crédito específicas para identidades locais, como artesãos e pescadores, e o fortalecimento da economia solidária, além de ATER contínua, com trabalho diferenciado para povos e comunidades tradicionais. Também foi ressaltada a necessidade de flexibilizar normas que hoje restringem atividades em unidades de conservação, de forma a permitir o desenvolvimento de turismo de base comunitária e de iniciativas sustentáveis conduzidas pelas próprias comunidades.

No Eixo de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, o grupo formado por lideranças quilombolas, ribeirinhas e indígenas destacou que a prioridade é garantir a proteção efetiva de áreas já formalmente reconhecidas e amparadas pela legislação. Ressaltou também a ausência de políticas de infraestrutura voltadas a essas comunidades (transporte, saúde e educação) incluindo a necessidade de oferta de ensino médio nessas áreas. Além disso, foi destacada a importância de fortalecer o cooperativismo, a exemplo de iniciativas como a COOPAFLORA, que reúne três povos, três municípios e dois estados, atuando com castanha-do-pará, copaíba, cumaru, breu e outros produtos florestais não madeireiros.

As lideranças apontaram ainda a existência de racismo institucional (tratamentos institucionais desiguais), quando órgãos de fiscalização acabam sendo mais rigorosos com povos indígenas e comunidades tradicionais, enquanto deixam de atuar com a mesma intensidade frente a agentes externos que cometem ilícitos nessas áreas. Foram apresentadas demandas de fortalecimento de órgãos como a FUNAI, o INCRA, o ITERPA e a SPU, responsáveis pelo ordenamento e pela regularização desses territórios, incluindo a necessidade de destravar processos de titulação que permanecem parados.

Foi ressaltada ainda a importância de que documentos oficiais e políticas públicas reconheçam explicitamente as identidades específicas dos povos da Amazônia, indo além da designação genérica de “povos da Amazônia”.

O prefeito de Oriximiná encerrou a plenária destacando a importância estratégica do município, que faz fronteira com dois países, e reafirmou a disposição da prefeitura em colaborar com iniciativas federais e estaduais.

Registros Fotográficos da Oficina de Oriximiná

Mesa de abertura e Coffee-break e almoço



Debates - grupos temáticos





Registro Final da atividade



Fotos: IBAM

ANEXO 4 - Relatoria Missão técnica

RELATO DAS REUNIÕES

1) Reunião com Secretaria Regional de Governo do Baixo Amazonas

Data/Horário: 07/04/2025 – 15h

Local: Sede da Secretaria, Travessa 15 de Agosto, 120 Município de Santarém

Participantes: Nélio Aguiar- Secretário, Alda Luz- Coordenadora da Área Desenvolvimento Econômico, equipe IBAM (Louise Storni e Solange Oliveira)

Principais pontos discutidos:

- Secretário informou que já foi prefeito de Santarém e conhece bem a região.
- A reunião teve como objetivo organizar a agenda com os municípios da região de Fronteira. No entanto, os contatos repassados de Almeirim, Alenquer e Faro não tiveram retorno.



2) Reunião com Secretaria de Governo Regional do Baixo Amazonas, APEPARÁ, EMATER, SEDAP, SEMAS, IDEFLOR-BIO.

Data/horário: 08 de abril

Local: Sede da Secretaria, Travessa 15 de Agosto, 120 Município de Santarém/Pa.

Participantes: 1. Secretaria de Governo do Baixo Amazonas - Alda Luz, 2. ADEPARÁ - Cristiane Simão- Fiscal, 3. Coordenação Estadual da Assistência Social do Baixo Amazonas - Soliene Silva- Assistente Social, 4. IDEFLOR-BIO - Weden Mota- Gerente Regional, 5. Secretaria Estadual Meio Ambiente -SEMAS - Newton Alves- Assessor da SEMAS, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Foram comentados sobre as situações de migração e tráfico de drogas na região.
- Falou-se sobre a Base de segurança Candiru em Oriximiná e Óbidos
- O Abrigo para migrantes em Santarém, está sendo operada pela Sec. Municipal de Assistência (apoio ACNUR)
- Há Impactos sociais e econômicos das fronteiras Pará-Amapá (relação com Laranjal do Jari)

- Falta de regularização fundiária e de demarcação de territórios indígenas e quilombolas é um problema unânime na região.
- Foi comentado sobre o Programa PROSSAF (IDELFLOR-BIO) para recuperação de áreas degradadas e geração de renda.
- Foi proposta a realização de duas oficinas: uma em Santarém, com foco em órgãos públicos e municípios mais distantes (Almeirim e Alenquer), e outra em Óbidos ou Oriximiná envolvendo os municípios mais próximos para facilitar a mobilização e participação.



3) Atividade: Reunião com UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará

Data: 08 de abril – 19h

Local: Santarém

Participantes: Professora e Coordenadora do NEICAM - Luciana Gonçalves de Carvalho, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Apoio na elaboração de pareceres jurídicos;
- Suporte ao trabalho do INCRA, que em Santarém conta com apenas um funcionário;
- Realização de seminários com comunidades quilombolas para explicar termos relacionados ao ordenamento territorial.
- Comentou-se sobre o descontentamento de comunidades quilombolas que, para além do planejamento, aguardam resultados concretos para as comunidades.
- Foram repassados contatos de lideranças quilombolas e indígenas atuantes da região.

4) Atividade: Reunião com Prefeitura Municipal de Óbidos – Coordenadoria de Projeto

Data: 09 de abril às 9h

Local: Sala de reunião da Prefeitura, Rua Dep. Raimundo Chaves, 338 – Centro, Óbidos/Pa.

Participantes: Katia Elen Cruz- Coordenadora de projetos, Henrique Farias- Coordenador de Monitoramento, Marcia Miranda- Diretora de Desenvolvimento Humano e Estratégico, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Foram relatadas situações de comunidades quilombolas e indígenas com titulação pendente e apontada a necessidade de articulação com lideranças locais e atores comunitários.
- Foram sugeridos buscar apoios locais e parcerias com as com IFPA, UFOPA, sindicatos e conselhos municipais.



5) Atividade: Reunião em Formato online com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB)

Data: 09 de abril às 14h

Local: Formato Remoto em Oriximiná

Participantes: Douglas Sena, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Foi informado que mais de 1.000 famílias quilombolas vivem em 19 comunidades, organizadas em 6 territórios coletivos. A primeira titulação foi da Terra Quilombola Cabeceiras, em 2000, pelo governo federal. A segunda ocorreu apenas em 2018, com a titulação da Comunidade Peruana pelo Incra. Os quatro territórios restantes, com processos iniciados entre 2004 e 2006, ainda aguardam conclusão por parte do Incra. Ainda há muitas comunidades quilombolas sem reconhecimento.
- A ARQMOB é uma Associação que congrega 6 territórios quilombolas em Óbidos, que cada território tem uma associação e essas são filiadas a ARQMO, que também é filiada a MALUNGU – Coordenação da Associação das Comunidades de Quilombos do Pará; A ARQMOB tem o Plano de Vida Escrito nas Comunidades Quilombolas de Óbidos e Oriximiná, que busca orientar a gestão territorial.



6) Atividade: Reunião com Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucaá – ACOMTAGS.

Data/Horário: 09 de abril às 15h

Local: Sede da ACOMTAGS. Rua Lauro Sodré, 1087 bairro Santa Luzia Oriximiná/PA

Participantes: Emerson Carvalho- Diretor da ACOMTAGS, Evanilson Figueiredo-Diretor Financeiro da ACOMTAGS, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- A associação reúne 30 comunidades localizadas ao redor da FLONA, nas glebas Trombetas e Sapucaá, são assentamentos rurais.
- Possui parceria com a Mineração do Norte, que atua na extração de bauxita. Tal empresa apoia financeiramente a ACOMTAGS.
- A associação reivindica a necessidade de núcleos de reforma agrária no município.
- Relatou-se problemas com tráfico de drogas, ouro e diamantes em territórios indígenas.



7) Atividade: Reunião com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO)

Data/Horário: 09 de abril às 17h

Local: Sede da ARQUIMO, rua 24 de Dezembro, 3068 bairro Santa Terezinha, Oriximiná/Pa.

Participantes: Josiefon Santos- Diretor, Joel Melo- conselheiro, Crerson- conselheiro, Jairo Oliveira, Maria Damiana- Presidente Coopafloa, Rogerio de Oliveira-Coordenador, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Extensa presença de comunidades quilombolas e indígenas. Associação reúne 10 representantes de comunidades quilombolas da região. 2100 famílias.
- Foi informado que em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) realizou audiências públicas sobre o macrozoneamento do estado do Pará. Já em 2006, foram criadas unidades de conservação sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas.
- Há dois territórios que não são titulados no Alto Trombetas, sendo um localizado na Floresta Nacional de Saracá-Taquera e outro no Rebio Trombetas (Unidade de Conservação).
- Complexidade fundiária, com sobreposição de unidades de conservação sobre territórios tradicionais. Falta de regularização fundiária, com conflitos envolvendo ICMBio, INCRA e criação de UCs.
- A questão climática foi destacada como um tema transversal e urgente.
- Há falta de infraestrutura básica (saúde, educação, transporte, internet) em diversas áreas.
- Comunidades extrativistas reivindicam melhor situação a partir do fomento em bioeconomia. Infraestrutura insuficiente para produção e escoamento de produtos como a castanha-do-pará.
- Há Impactos negativos da mineração e ausência de consulta prévia às comunidades.
- Informaram que existe uma cooperativa COOPAFLOA que vende castanhas para Belém, mas ainda não há beneficiamento.



8) Atividade: Reunião com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná.

Data/Horário: 10 de abril às 9:h

Local: Secretaria Municipal de Meio ambiente

Participantes: Rubson Silva- Secretário, Demerson Printes – Assessor, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Informam conflitos ambientais como desmatamento em áreas quilombolas. Tráfego em pousadas ecoturísticas., prostituição e Atividades de mineração e extração de madeira com relatos pontuais de irregularidades
- A secretaria está organizando participação na Conferência Nacional de Meio Ambiente (6 a 9 de maio, Brasília).



9) Atividade: Secretaria Municipal de Planejamento de Oriximiná

Data/Horário: 10 de abril às 10h30

Local: Secretaria Municipal de Planejamento

Participantes: Bosco Almeida- Secretário, Patrícia Gemaque – Assessora, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Dificuldade de articulação com municípios mais distantes e com órgãos federais (INCRA, FUNAI, ICMBio).
- Preocupações com segurança e controle fronteiriço, com sugestões como instalação de um batalhão militar na região
- Informaram sobre evento “Expedição Sem Fronteiras” com ações sociais e comunitárias em Oriximiná. Realizada pelo TRE

- Proposta de transformar o município em polo regional, com hospital, corpo de bombeiros e universidade.
- O custo elevado de apoio a ações voltadas a quilombolas e indígenas foi destacado pelas grandes distâncias e dificuldades de deslocamento.



10) Atividade: Reunião em formato Online com Secretaria Municipal de Assistência Social de Santarém.

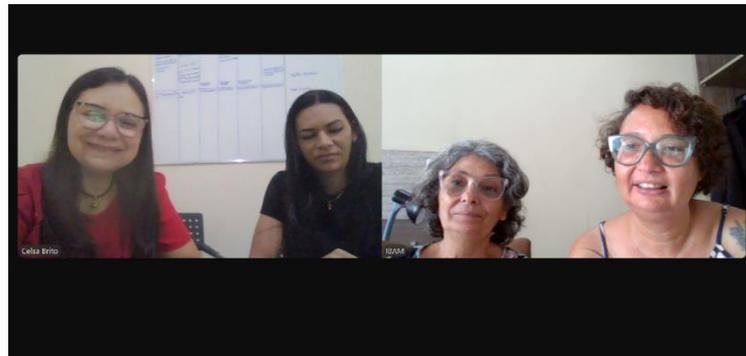
Data/Horário: dia 11 de abril às 9h

Local: Formato remoto em Santarém

Participantes: Celsa Maria Gomes de Brito Silva – Secretária, Adriane – Assessora, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Crescimento da migração, especialmente de venezuelanos indígenas Warao e haitianos. Foi informado que há cerca de 1.500 pessoas vivem em um abrigo improvisado em uma chácara no município. Entrada pelo município de Pacaraima (RR), com Santarém como rota de chegada fluvial.
- Há Parcerias com assistência social e ACNUR para garantir acesso a saúde, educação, documentação e benefícios sociais e estão fazendo apoio na inserção das famílias no Cadastro Único.
- Coordenação com abrigos e instituições para acolhimento emergencial.
- Falta de estrutura adequada para acolhimento de longo prazo, Barreiras linguísticas dificultam a comunicação e Escassez de profissionais capacitados em atendimento intercultural são alguns dos problemas enfrentados.



11) Atividade: Reunião em formato online com FEIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará

Data/Horário: 11 de abril às 10:30

Local: Formato online em Santarém

Participantes: Joãozinho Kaiuri

Principais pontos discutidos:

- A FEIPA representa três territórios dos rios Mapuera, Cachorro e Trombetas.
- Indicou que as Lideranças indígenas têm interesse em participar da Oficina Territorial, com o objetivo de apresentar e discutir as demandas e desafios enfrentados pelos povos indígenas em seus territórios.
- Há demandas de Monitoramento dos territórios indígenas para reconhecimento das áreas de sobreposição entre territórios indígenas e quilombolas.
-



12) Atividade: Reunião com MOPEBAM - Movimento dos Pescadores Artesanais do Baixo Amazonas e com SAPOPEMA- Sociedade para pesquisa e proteção do meio ambiente.

Data/Horário: 11 de abril às 15h

Local: Sede da SAPOPEMA. Av. Rui Barbosa, 3050, bairro Lagunho, Santarém/PA.

Participantes: Pauliana Vinhote pesquisadora da SAPOPEMA e membro da coordenação da MOPEBAM, Edinaldo – coordenação da MOPEBAM, Antonio José Mota Bentes – coordenação da SAPOPEMA, Louise Storni - Assessora Técnica do IBAM e Solange Oliveira- Consultora Local do IBAM.

Principais pontos discutidos:

- Sobre o MOPEBAM: O movimento de pescadores atua em 14 colônias.
- Sobre o SAPOPEMA: Atua com comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores e agricultores da agricultura familiar. No apoio a gestão de seus territórios. Em 2019 foi elaborado um plano de desenvolvimento sustentável da pesca e piscicultura do Baixo Amazonas, que pode ser acessado no site <http://www.sapopema.org>

OUTROS ENCAMINHAMENTOS

Durante o período de campo, não foi possível estabelecer contato com representantes regionais da FUNAI, INCRA e ICMBio, apesar das diversas tentativas realizadas. As prefeituras de Alenquer, Almeirim e Faro também não responderam às solicitações de reunião enquanto a equipe esteve em campo.

Após o retorno, os esforços de articulação institucional foram retomados, possibilitando a realização de uma reunião online no **dia 23 de abril com representantes das prefeituras de Alenquer e Almeirim**. Participaram do encontro: Wallace Galvão de Carvalho Júnior – Secretário de Governo de Almeirim e Jussara – Secretária Municipal de Infraestrutura de Alenquer. Entre os principais pontos discutidos na reunião, foi falado sobre a existência de um projeto de melhoria da malha viária com o objetivo de interligar os municípios de Monte Dourado (PA), Laranjal do Jari (AP), Prainha e Monte Alegre à BR-156 e à PA-254, formando uma rota de integração até a Guiana Francesa e o Suriname;

No dia **14 de maio**, a equipe estabeleceu contato com um **representante da Funai em Santarém**, senhor Geraldo de Almeida. Na ocasião, ele indicou outros responsáveis da instituição vinculados à Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) e com a CR de Manaus, que mantém uma interlocução mais direta com os povos que vivem na faixa de fronteira. Ainda assim, demonstrou disponibilidade para participar das oficinas territoriais. **No dia 15 de maio**, foi realizada a reunião com **representantes da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE)**. A conversa abordou de forma abrangente os desafios enfrentados na região do Norte do Pará, em especial nas áreas de terras indígenas e unidades de conservação que compõem o mosaico Wayamu, território que inclui as terras indígenas Cachoeira-Tunaiana, Trombetas-Mapuera, Inhamundá-Mapuera e Ararã (em processo de regularização). Destacou-se o avanço do garimpo ilegal como um problema grave, intensificado após operações de repressão nas terras Yanomami e Munduruku, fazendo com que a atividade migrasse para novas áreas, fragilizando os povos indígenas locais.

Foi ressaltado o histórico de ocupação militar e missionária na região, que promoveu deslocamentos forçados e desestruturação dos modos de vida dos povos indígenas. A política atual, ao contrário das práticas passadas de contato forçado, defende o direito dos povos indígenas isolados à autodeterminação e à não-interferência.

Foi alertado sobre o risco de propostas de "integração" com países vizinhos (Guiana, Suriname), que podem significar retomada de grandes obras (hidrelétricas, mineração, Perimetral Norte) e ameaças diretas aos territórios e modos de vida tradicionais. A região abriga imensa riqueza mineral (ouro, bauxita, diamante, calcário), o que intensifica os interesses sobre ela. Foi denunciada também a fragilidade da atuação do Estado na região, onde até mesmo unidades de conservação, como a ESEC Grão-Pará, são mantidas "no papel", sem estrutura efetiva de gestão. Garimpos, pistas clandestinas e presença de grupos armados e facções ligadas ao narcotráfico operam com impunidade. Órgãos de segurança pública não atuam de forma eficaz, e a FUNAI acaba sendo o único órgão presente em campo.

A Frente de Proteção realiza expedições com apoio de indígenas de comunidades vizinhas aos isolados, buscando garantir o direito ao não contato e à proteção territorial desses povos. Foi relatado o início de um importante projeto de longo prazo, financiado por fundo internacional (com possível participação do governo alemão), envolvendo o bloco Tumucumaque-Zoé-Grão-Pará, que visa fomentar o etnodesenvolvimento, a proteção ambiental e a autonomia territorial das populações tradicionais. A equipe da FUNAI reafirmou o compromisso em participar dos fóruns presenciais e dos espaços de construção coletiva do plano de desenvolvimento para a região. Destacaram que qualquer política pública com potencial impacto aos povos isolados precisa necessariamente envolver as instâncias de proteção indigenista.

ANEXO 2 - Listas de presença

ANEXO 3 - Apresentação IBAM

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO